



Serviço Autônomo
de Água e Esgoto



TERMO DE RESPONSABILIDADE – TARIFA SOCIAL RESIDENCIAL

O **SAAE SOROCABA**, com o objetivo de agilizar o atendimento ao cidadão, disponibiliza através do canal de serviços on-line a opção do usuário enviar os dados para solicitar **TARIFA SOCIAL RESIDENCIAL**, conforme definições abaixo:

1. A Tarifa Social Residencial poderá ser solicitada pelo usuário do imóvel.
2. Após o envio da solicitação, será gerado um protocolo de atendimento on-line.
3. Havendo alguma pendência no processo desta solicitação será contatado o solicitante para providenciar os ajustes necessários para a continuidade do pedido.
4. Concluída a análise pelo setor responsável do **SAAE SOROCABA**, e não havendo mais nenhuma informação inconsistente, será informado ao solicitante imediatamente por meio de um **endereço eletrônico (e-mail)**.
5. Por envolver o envio de documentos comprobatórios para análise, informamos que este procedimento é protegido e está dentro do que exige a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) 13709 de 14/08/2018. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm
6. **Quanto a Privacidade das Informações:**
7. É política do SAAE SOROCABA respeitar a privacidade de seus Usuários, sejam eles pessoas jurídicas ou pessoas físicas.
8. Toda informação ou dado pessoal prestado pelo Usuário(a) ao SAAE SOROCABA serão armazenados em servidores ou meios magnéticos de alta segurança. O SAAE SOROCABA tomará todas as medidas possíveis para manter a confidencialidade e a segurança descritas nesta cláusula, porém não responderá por prejuízo que possa ser derivado da violação dessas medidas por parte de terceiros que utilizem as redes públicas ou a internet, subvertendo os sistemas de segurança para acessar as informações de seus Usuários.
9. O SAAE SOROCABA não revelará nenhuma informação do Usuário(a), sem sua permissão, executando para o fim deste serviço e nas hipóteses de tal conduta ser necessária para:
10. a) proteger o interesse do SAAE SOROCABA ou de terceiros;
11. b) responder a eventual reclamação de que tal conteúdo viole direitos de terceiros; e
12. c) identificar e resolver problemas técnicos;
13. d) cumprir procedimento legal, inclusive determinação judicial ou de qualquer órgão regulatório competente.

Concordo com os termos e condições apresentadas e para fins de direito, sob as penas da lei, que as informações constantes nos documentos que apresento para solicitar a tarifa social residencial, são verdadeiras e autênticas. Fico ciente através desse documento que a falsidade dessa declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro, e passível de apuração na forma da Lei.

Nada mais a declarar, e ciente das responsabilidades pelas declarações prestadas.